

# Políticas Públicas na Educação Brasileira

Pensar e Fazer

Atena Editora



Atena Editora

**POLÍTICAS PÚBLICAS NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA:  
PENSAR E FAZER**

---

Atena Editora  
2018

2018 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

**Editora Chefe:** Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

**Edição de Arte e Capa:** Geraldo Alves

**Revisão:** Os autores

### **Conselho Editorial**

Profª Drª Adriana Regina Redivo – Universidade do Estado de Mato Grosso  
Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Pesquisador da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília  
Prof. Dr. Carlos Javier Mosquera Suárez – Universidad Distrital de Bogotá-Colombia  
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª. Drª. Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná  
Profª Drª. Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Profª. Drª. Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

#### **Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)**

P769 Políticas públicas na educação brasileira: pensar e fazer /  
Organização Atena Editora. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora,  
2018.  
248 p. : 2.852 kbytes – (Políticas Públicas na Educação  
Brasileira; v. 10)

Inclui bibliografia  
ISBN 978-85-93243-84-4  
DOI 10.22533/at.ed.844182304

1. Educação e Estado – Brasil. 2. Educação – Aspectos sociais.  
3. Escolas – Organização e administração. I. Série.

CDD 379.81

**Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422**

O conteúdo do livro e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de  
responsabilidade exclusiva dos autores.

2018

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos  
autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins  
comerciais.

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)

E-mail: [contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br)

## SUMÁRIO

### **CAPÍTULO I**

A DEMANDA DE UMA CONSCIÊNCIA CRÍTICA E POLÍTICA: O PAPEL DA EDUCAÇÃO MEDIANTE A FRAGMENTAÇÃO DO SABER E A FORMAÇÃO DO TRABALHO NA ATUALIDADE BRASILEIRA

*Francinalda Maria da Silva e Luiz Arthur Pereira Saraiva..... 6*

### **CAPÍTULO II**

A IMPORTÂNCIA DAS CONDICIONALIDADES DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA (PBF) NA EDUCAÇÃO: UMA ANÁLISE NA ESCOLA MUNICIPAL NAZINHA BARBOSA DA FRANCA

*Celyane Souza dos Santos, Erivânia da Silva Marinho, Maria Nazaré dos Santos Galdino, Suenia Aparecida da Silva Santos e Maria de Fátima Leite Gomes ..... 19*

### **CAPÍTULO III**

A VISÃO DA GESTÃO DE PESSOAS SOBRE A REMUNERAÇÃO DOS PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA NOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO METROPOLITANA DE RECIFE NO ESTADO DE PERNAMBUCO

*Cybelle Leão Ferreira, Gyselle Leão Ferreira e Viviana Maria dos Santos..... 33*

### **CAPÍTULO IV**

AS CONTRADIÇÕES DO PROGRAMA UM COMPUTADOR POR ALUNO, SEUS LIMITES E POSSIBILIDADES RUMO A CONSTRUÇÃO DE COMUNIDADES DE APRENDIZAGEM

*Josemar Farias da Silva, Selma Suely Baçal de Oliveira e Laudicea Farias da Silva ..... 41*

### **CAPÍTULO V**

AVALIAÇÃO POR RESULTADO EM PERNAMBUCO: QUAL O IMPACTO NA PRÁTICA DE DOCENTES DE ESCOLAS INTEGRAIS?

*Vilma Cleucia de Macedo Jurema Freire ..... 59*

### **CAPÍTULO VI**

CONSELHO TUTELAR: INSTRUMENTO DE DEMOCRATIZAÇÃO DO DIREITO À EDUCAÇÃO

*Andressa Garcias Pinheiro, Tyciana Vasconcelos Batalha e Carlos André Sousa Dublante..... 72*

### **CAPÍTULO VII**

DEFICIÊNCIA E PRIVAÇÃO CULTURAL: EFEITOS NA FORMAÇÃO DOS SUJEITOS

*Silvia Roberta da Mota Rocha e Laís Venâncio de Melo..... 84*

### **CAPÍTULO VIII**

ENSINO MÉDIO NA AMÉRICA LATINA: IMPLICAÇÕES AOS SUJEITOS IDEALIZADOS – PROCESSOS EDUCATIVOS

*Dayvison Bandeira de Moura e Maria Aparecida Monteiro da Silva..... 97*

## **CAPÍTULO IX**

FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR VERSUS ORÇAMENTOS PÚBLICOS: UMA ANÁLISE DOS ORÇAMENTOS DAS UNIVERSIDADES ESTADUAIS BAIANAS

*Marta Rosa Farias de Almeida Miranda Silva* ..... 111

## **CAPÍTULO X**

HISTÓRIA DO DIREITO À EDUCAÇÃO NAS CONSTITUIÇÕES BRASILEIRAS: DE 1824 À CONSTITUIÇÃO DE 1988

*Débora de Oliveira Lopes do Rego Luna e Ítalo Martins de Oliveira* ..... 124

## **CAPÍTULO XI**

O IMPACTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NO CONTROLE DA EVASÃO: REFLEXÕES A PARTIR DA EXPERIÊNCIA NO INSTITUTO FEDERAL DE SÃO PAULO

*Eder Aparecido de Carvalho, Alexandre da Silva de Paula e Ivair Fernandes Amorim* ..... 136

## **CAPÍTULO XII**

OS ROTEIROS DE ATIVIDADES DE MATEMÁTICA PROPOSTOS PELO CECIERJ PARA TURMAS DA 1ª SÉRIE DO ENSINO MÉDIO: UMA BREVE ANÁLISE

*Jonas da Conceição Ricardo, Raquel Costa da Silva Nascimento, Herivelton Nunes Paiva e Reginaldo Vandrê Menezes da Mota* ..... 160

## **CAPÍTULO XIII**

POLÍTICA EDUCACIONAL EM MANAUS: INICIATIVAS E DESAFIOS PARA MELHORIAS DO IDEB

*Vilma Terezinha de Araújo Lima, Edilza Laray de Jesus, Gilson Nazareno da Conceição Dias e Suzianne Lima de Moraes* ..... 173

## **CAPÍTULO XIV**

POLÍTICAS EDUCACIONAIS E INTERCULTURALIDADE: UMA ANÁLISE DO PROGRAMA NACIONAL DE APOIO À INCLUSÃO DIGITAL NAS COMUNIDADES INDÍGENAS

*Neide Borges Pedrosa, Rogéria Moreira Rezende Isobe e Fernanda Borges de Andrade* ..... 186

## **CAPÍTULO XV**

QUE EDUCAÇÃO, PARA QUE PAÍS? PERCEPÇÕES E TEMÁTICAS EMERGENTES

*Denise Rangel Miranda, Joselaine Cordeiro Pereira e Elita Betânia de Andrade Martins* ..... 196

## **CAPÍTULO XVI**

UM BREVE OLHAR NAS POLÍTICAS E DISCURSOS EDUCATIVOS NO PERÍODO DITATORIAL NO BRASIL E EM PORTUGAL: AMARRAS DE UM PROJETO NACIONALISTA AUTORITÁRIO

*Joel Severino da Silva* ..... 203

**CAPÍTULO XVII**

UM QUINTETO HISTÓRICO E SUA RELAÇÃO COM POLÍTICAS PÚBLICAS E FRACASSO ESCOLAR

*Vicente de Paulo Morais Junior* ..... 215

**CAPÍTULO XVIII**

UMA HERANÇA CONSERVADORA DA AUTOCRACIA BURGUESA PARA A EDUCAÇÃO BRASILEIRA EM UM CONTEXTO DE CONTRARREFORMA DO ESTADO

*Angely Dias da Cunha, Ingridy Lammonikelly da Silva Lima, Bernadete de Lourdes Figueiredo de Almeida e Jéfitha Kaliny dos Santos* ..... 225

Sobre os autores.....241

## **CAPÍTULO VIII**

### **ENSINO MÉDIO NA AMÉRICA LATINA: IMPLICAÇÕES AOS SUJEITOS IDEALIZADOS – PROCESSOS EDUCATIVOS**

---

**Dayvison Bandeira de Moura  
Maria Aparecida Monteiro da Silva**

## ENSINO MÉDIO NA AMÉRICA LATINA: IMPLICAÇÕES AOS SUJEITOS IDEALIZADOS – PROCESSOS EDUCATIVOS

**Dayvison Bandeira de Moura**

Secretaria de Educação de Pernambuco, Escola Estadual Ministro Jarbas Passarinho, Camaragibe, PE, BR.; Universidad Americana, Asunción – PY.

**Maria Aparecida Monteiro da Silva**

Universidad Americana, Universidad Colúmbia – PY; Universidade do Paraná – UNIPAR – BR.

**RESUMO:** Este texto foi adaptado de tese em Ciências da Educação, apresentada na Universidade Americana, no dia 18/07 de 2017, em “Asunción”, PY. Utilizou-se a pesquisa documental (CELLARD, 2008), o documento utilizado - as Matrizes de Referência do Ensino Médio, 2003. Fez-se um recorte privilegiando dados de pesquisas do INEP e IBGE, e com análises descritivas de BERCOVICH, 1997, estabelecendo um quadro comparativo entre dados do Ensino Médio brasileiro e países da América Latina. Sob a intenção de contextualizar o panorama da Educação Básica na contemporaneidade. Os dados do documento situam a “onda de adolescentes” nas décadas de 1980, 1990, 2000, assinalando o panorama problemático os envolvendo. E, perspectivas, implicações até 2012. As matrículas, a sua não oferta ou oferta; a redução das mesmas representa para o estudo aqui desenvolvido reflexões acerca dos desafios à BNCC 2017 e o lugar reservado ao currículo. Preocupação que envolve à EJA, marcada por políticas curriculares dicotômicas. Atualmente, imprecisas, assinalando dúvidas quanto ao futuro do programa PROEJA, comum aos IF’s e escolas do sistema “S”. Alia-se a Sacristan (2013); o lugar da “pobreza”- estratégia cerceadora de direitos à Educação Básica. Arroyo (2000; 2014a, 2014b), versa a idealização de sujeitos no Ensino Médio, ênfase a EJA, ao acesso precário à formação técnica permitiu entender: os adultos e idosos de hoje são populações vitimadas pela “pobreza”, falta de políticas públicas desde o passado. Logo, os empobrecidos têm sido alvo e os jovens na atualidade sofrem esta tradição. Redimensionar essa realidade deve ser elemento na nova BNCC 2017.

**PALAVRAS-CHAVE:** Currículo, Jovens, Pobreza, Negros, BNCC.

### 1. INTRODUÇÃO

Neste artigo intenciona-se apresentar alguns dados presentes no documento Matrizes de Referência para o Ensino Médio, publicado em (2003), pelo INEP/MEC. O mesmo foi tomado como motivo de estudo no texto intitulado: *Dados recentes*



sobre o *Ensino Médio: Contextualizar para entender a necessidade de mudanças*<sup>5</sup>. Tal opção se deve ao fato de elencar recortes de um estudo desenvolvido com base em outros argumentos, e concepções, presentes no texto original, uma vez que há outros objetivos à guisa do mesmo. Mas vale ressaltar, aquelas permitiram gerar uma interface que se coaduna com as previsões do grupo de trabalho para o qual o texto fora adaptado.

Tal estudo foi desenvolvido com a intenção de contextualizar o panorama no qual esta área da Educação Básica está assentada, na contemporaneidade, uma vez que os dados disponibilizados pelo *documento* situam a “**onda de adolescentes**” compreendendo como marco temporal: 1980, 1990, 2000 para analisar o panorama problemático os envolvendo, perspectivando, implicações que incidiriam até 2012. Nesse interim, matrículas, sua não oferta ou oferta; a redução das mesmas, representam para o estudo aqui desenvolvido assim como, no texto original, elementos suscetíveis a reflexões acerca dos desafios que a BNCC 2017, em desenvolvimento precisa ter em foco, no tocante ao Ensino Médio, bem como, o lugar que será reservado ao currículo para a mesma modalidade em atenção à Educação de Jovens e Adultos lugar de onde tem ecoado discursos tão discrepantes, historicamente. E mais, assinalando consequências quanto ao futuro do programa PROEJA, comum aos institutos federais do Brasil e as escolas do sistema “S”, atualmente, imprecisas.

Quanto à metodologia, utilizou-se a pesquisa documental (CELLARD, 2008), o documento utilizado – fonte primária - fora as Matrizes de Referência do Ensino Médio, 2003, formulado pelo INEP/MEC/BR. Foi objeto de estudo a totalidade do documento, mas neste recorte privilegiou-se dados de pesquisas do INEP em Parceria com o IBGE, bem como análises descritivas elaboradas por BERCOVICH, 1997, estabelecendo um quadro comparativo entre dados do Ensino Médio brasileiro e países da América Latina e América do Sul.

## 2 - RESULTADOS E DISCUSSÃO

Realizar um estudo sobre a Base Nacional Curricular Comum, BNCC, pode ser explicado pelas efervescentes discussões que têm demovido setores institucionais do Brasil em torno de um debate que representou esforços muito grandes em todo

---

<sup>5</sup> O mesmo integra aspectos pertinentes à revisão de literatura da tese de doutoramento no curso de Doutorado Acadêmico em Ciências da Educação, intitulada: Currículo de Língua Portuguesa e Cultura afrodescendente: perspectivas de leitura em cursos do PROEJA no Instituto Federal de Pernambuco (IFPE) – Ensino Médio defendida em 18/07/2017, em “Asunción”, capital do “Paraguay”, na “Universidad” Americana.

território brasileiro. O que envolveu desde instituições públicas de ensino superior, privadas; também, a atuação de setores ligados ao executivo federal, no âmbito do Ministério da Educação, envolvendo ainda, órgãos de classe e a atuação engajada de professores de todo o território nacional que voluntariamente, participaram de consultas públicas a fim de que pudesse haver uma análise apreciativa, com vistas a serem realizadas modificações neste documento que representa um redirecionamento das intenções, dos objetivos que deverão passar a nortear a prática docente manifesta nas escolas do país.

Por esse motivo, situar a necessidade de mudanças propostas pela BNCC é algo fundamental para contextualizar estudos e pesquisas com a proposta de delinear qual a concepção de professores e coordenadores em um instituto federal, no que diz respeito à concepção de leitura perspectivada à estudantes de Ensino Médio? Agregue-se a isso, o fato de serem egressos da modalidade de Educação de Jovens e Adultos – EJA. E, também, serem atendidos numa modalidade criada em 2006, o PROEJA, com a missão de ofertar um modelo de formação exatamente, em atenção às necessidades desta clientela.

E mais, no Ensino Médio, momento de formação da educação básica nacional que registra números alarmantes em relação à sua exígua oferta e à sua não oferta, mesmo frente às suas demandas. Diante do exposto, se faz importante serem conhecidos alguns dados: **“O Brasil continua apresentando a insignificante taxa líquida de 25% de escolaridade da população de 15 a 17/18 anos no Ensino Médio.<sup>6</sup>”** (INEP, 1998 apud: Matrizes de Referência do Ensino Médio, 2003, p. 52, grifos do autor.). Se for levado em consideração a existência de muitos nesta faixa etária que estão retidos em face de reprovações em séries do Ensino Fundamental e ainda outros que se quer matriculam-se no Ensino Médio, em função de vários motivos, dentre esses se pode prever que o ingresso no trabalho formal ou informal representa parcela significativa. Isto tem sido, historicamente, condicionantes para exclusão. Uma vez que muitos estudantes de escolas públicas pertencem a famílias com situação financeira limitada. Dentre estas caberia delinear as que vivem abaixo da linha da pobreza, outras em pura miséria.

Outro dado que merece atenção:

A expectativa de crescimento do Ensino Médio é ainda reforçada pelo fenômeno chamado **“onda de adolescentes”**, identificado em recentes estudos demográficos: De fato, enquanto a geração dos adolescentes de **1990 era numericamente superior** à geração de **adolescentes de 1980 em 1 milhão de pessoas**, as gerações de adolescentes em **1995 e 2000** serão maiores do que as gerações de **1985 e 1990 em 2,3 e 2,8 milhões de pessoas**, respectivamente. **No ano 2005**, este incremento **cairá para o nível de 500 mil pessoas**, caracterizando o fim desta onda de adolescentes. (BERCOVICH, 1997 apud Matrizes de Referência do Ensino Médio, 2003, p. 52, grifos do autor.).

---

<sup>6</sup> Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP), Plano Nacional de Educação - Proposta do Executivo ao Congresso Nacional, Brasília, MEC/INEP, 1998.

É perceptível esta queda, em razão de suas implicações danosas à vida em sociedade, ao aumento da criminalidade, à redução da força de trabalho de uma população que passa a sofrer as consequências da ausência de políticas públicas coerentes. É mais do que significativo que os dados bem como o que se pode perspectivar a partir deles, deveria repercutir em ações institucionais para o enfrentamento dessa problemática, se tornasse uma agenda permanente. Mas, para atacar os elementos que motivam a ocorrência dessa queda do ingresso e permanência de adolescentes no Ensino Médio. Os números apresentados por “Bercovich” legitimam a preocupação desse estudo, bem como a sua relação para delinear perspectivas que interferem para o “molde operandis” com o qual estudos são realizados para estudantes classificados como “Educação de Jovens e Adultos<sup>7</sup>” – EJA, em curso PROEJA Ensino Médio<sup>8</sup>. Uma vez que, esta modalidade tem sofrido inúmeras alterações ao longo de sua história. Esta por sua vez, poucas vezes, teve estreita relação com a inclusão das classes e etnias mais excluídas historicamente<sup>9</sup>, nesse país, mais recentemente, desse país. Entre os grupos humanos mais cerceados do acesso *quantitativo* e *qualitativo* à EJA, estão negros, negras, indígenas, pobres que vivem em zonas periféricas, ausentes de políticas públicas condizentes ao retrato resultante dos processos históricos de subalternização sofridos<sup>10</sup>. Como então, haver pesquisar de caráter quantitativo, sobretudo, para

---

<sup>7</sup> Todo planejamento educacional, para qualquer sociedade, tem de responder às marcas e aos valores dessa sociedade. Só assim é que pode funcionar o processo educativo, ora como força estabilizadora, ora como fator de mudança. Às vezes, preservando determinadas formas de cultura. Outras, interferindo no processo histórico, instrumentalmente. De qualquer modo, para ser autêntico, é necessário ao processo educativo que se ponha em relação de organicidade com contextura da sociedade a que se aplica. (FREIRE apud BARBOSA, 2010, p. 53).

<sup>8</sup> (...) “gostaria que a escola proporcionasse um curso ao seu educando (a) que lhe permitisse entrar no mercado de trabalho?”. Por isso temos que ser muito cuidadosos quando nos referimos ao “diálogo social”, ainda mais quando “verdadeiro”, como justificção para políticas que porventura possam pôr em causa princípios fundamentais como é o da igualdade de oportunidades. (MAGALHÃES, 2002, p. 64).

<sup>9</sup> “A humanização negada na injustiça, na exploração e na opressão, na violência dos opressores. Mas afirmada no anseio de liberdade e de justiça, de luta dos oprimidos, pela recuperação de sua humanidade roubada” Freire (p.30 apud: Arroyo, 2000, p. 247).

<sup>10</sup> (...) que projecto de política educativa é este que parece discriminar as filhas e os filhos da classe trabalhadora (sobretudo), dificultando o seu acesso às condições necessárias para a igualdade de participação no mercado de trabalho e na sociedade pela criação de medidas como os currículos alternativos e cursos tecnológicos que não dão acesso ao ensino superior? (MAGALHÃES, 2002, p. 57).

mensurar números de matrículas, de permanência ou evasão. Todavia, se levar em consideração os elementos determinantes. É, no mínimo ingenuidade política que isso não esteja atrelado às políticas públicas de Estado e de governo quantas vezes “cosméticas”.

Pois, se houver uma contínua queda de oferta de matrículas para o Ensino Médio regular ou Médio associado à formação técnico profissional, seguramente, isso promoverá implicações imprevisíveis às sociedades futuras. Esta realidade colocará em xeque a sua civilidade, já tão escassa. Onde a violência psicológica perpetrada por agentes públicos e por seus porta-vozes disseminaram discursos eficazes para naturalizar a inferioridade de muitos, sob a profusão da superioridade de alguns. E, quando a violência chega a enraizar-se na consciência humana, isto ocorre porque ela a tornou naturalizada. Sendo natural as suas expressões físicas, mesmo quando o palco é a escola.

Além dos dados já evocados, a exposição de outros números amplia a preocupação sobre os fatores que tenham relação com a incidência de uma queda cada vez maior no número de adolescentes, observem:

[...] os números absolutos são enormes e dão uma ideia mais precisa do desafio educacional que o País enfrentará. **Pela contagem da população realizada em 1996 (IBGE)**, em **1999** o Brasil terá **14.300.448 pessoas** com idade entre **15 e 18 anos**. Esse número cairá para a casa dos **13 milhões a partir de 2001**, e para a casa dos **12 milhões a partir de 2007**. No início da segunda década do próximo milênio (**2012**), depois do fenômeno da onda de adolescentes, o País ainda terá **12.079.520 jovens nessa faixa etária** (BERCOVICH, 1997 apud Matrizes de Referência do Ensino Médio, 2003, p. 52, grifos do autor).

Como se pode observar as cifras resultantes da pesquisa e das projeções realizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, oferecem subsídios para que haja um estado de alerta em relação a que fatores contribuem ou determinam esta queda tão significativa da população de jovens e adolescentes com idade de 15 a 18 anos de idade. O que requer das instituições comprometidas com a pesquisa, como as universidades do Brasil, ONG’S e outras instituições de classe possam olhar com atenção para a necessidade de estudos e pesquisas sejam voltados para que um esforço coletivo ocorra, a fim de serem apontados fatores esclarecedores, visando a identificação da gênese do problema, bem como medidas alternativas para fazer frente à este ataque à humanidade jovem, assim como fora comum ao passado vivido pelos agora, “maduros’ e idosos.

Na busca pela mudança de postura, o *ingresso no consumo e comércio de drogas legais e ilegais, o descaso familiar, o abandono, a pobreza*<sup>11</sup>, o **preconceito social, econômico e étnico racial** representam fatores que aviltam a humanidade do humano e acabam, muitas vezes corrompendo-o, legando à condição de viver pela e para a barbárie. Entretanto, refletir sobre o planejamento, desenvolvimento e avaliação de resultados de estudos e pesquisas podem ajudar a encontrar alternativas e saídas para minimizar, quiçá enfrentar essa redução que atinge os nosso adolescentes e jovens. Hoje, já dividindo, as salas de aula da EJA com a clássica clientela sobrevivente de outros processos de barbárie. A própria sociedade brasileira sofrerá, como tem sofrido, as consequências dessa redução.

É também prudente observar dados de outra pesquisa:

[...] Conforme prossegue o estudo da Fundação SEADE<sup>12</sup>: **Em 1992**, cerca de **64% dos adolescentes** já estavam fora da escola; **em 1995**, apenas três anos depois, este percentual já **havia decrescido** para algo em torno de **42%**. Como consequência da maior permanência no sistema escolar, cresce de forma expressiva a proporção de adolescentes que avançam além dos quatro primeiros anos. O mesmo se dá, de alguma maneira, em relação à conclusão do primeiro grau e do segundo grau. (Matrizes de Referência do Ensino Médio, 2003, p. 53, grifos do autor.).

É digno de nota: este dado sobre o crescimento da Fundação SEADE, apesar de sua necessidade de dados atualizados, não consegue apresentar um quadro tão

---

<sup>11</sup> (...) entre as formas de científicas e não científicas de verdade, o que leva à invisibilidade de formas de conhecimento que não se encaixam nessa validade da forma legítima de conhecer: os conhecimentos dos leigos, plebeus, camponeses, afro-brasileiros ou indígenas são situados no outro lado da verdade, na inverdade. A partir da concepção abissal de conhecimento, considera-se que os pobres não produzem conhecimentos válidos, mas apenas reproduzem crenças, opiniões, magias, idolatrias, entendimentos intuitivos ou subjetivos que são incomensuráveis e incompreensíveis por não pertencerem aos cânones científicos de verdade. O pensamento moderno de que o currículo são síntese, acaba por bloquear conhecimentos (...). Logo, os currículos tendem a ignorar a pobreza, ao desconsiderar os (as) pobres como objeto de conhecimento e preocupação (...) pensá-los como sujeitos de conhecimento. (ARROYO, 2014b).

<sup>12</sup> [...] o mencionado estudo, a onda de adolescentes acontece num momento de escassas oportunidades de trabalho e crescente competitividade pelos postos existentes. Na verdade, os dois fenômenos somados – escassez de emprego e aumento geracional de jovens – respondem pela expressiva diminuição, na população de adolescentes, da porcentagem dos que já fazem parte da população economicamente ativa. Este é um indicador a mais de que essa população vai tentar permanecer mais tempo no sistema de ensino, na expectativa de receber o preparo necessário para conseguir um emprego (opcit.).

animador. Posto que esse percentual de 42% corresponde ao fundamental 2 e ao segundo (2º), grau, antiga denominação dada ao Ensino Médio. De modo que se ambas as etapas de estudo estão presentes na cifra de 42%, não se pode determinar então, em qual dos níveis, efetivamente, se deu esse avanço. Apesar que esse percentual possui uma distância temporal, um lapso temporal, muito grande se levarmos em consideração os dados anteriormente, apresentados por pesquisas sobre outros critérios. **Mas**, esta perspectivou o **ano de 2012**, como um indicativo para os números absolutos a que chegou o IBGE. Logo, a inclusão desses números se deu em razão deles estarem ventilados na fonte de referência utilizada: as *Matrizes de Referência para o Ensino Médio*, e, seguindo a ordem em que foram apresentados.

Os dados da pesquisa colocam em evidência a responsabilidade do Estado brasileiro, das instituições comprometidas com a pesquisa acadêmica na área de educação, bem como demais áreas afins, sobretudo, as que têm e podem realizar estudos e pesquisas *interdisciplinares, multidisciplinares* para de modo conjunto enfrentarem esta problemática que afeta aos nossos jovens, e, carecendo, portanto, de medidas para gerenciar não apenas o problema. Mais que isso, a busca por soluções para eliminar os fatores que determinam ou contribuem para a existência de uma realidade que tanto marginaliza adolescentes e jovens, justamente, no momento em que deveriam estar sendo preparados para ingressar numa vida economicamente, ativa.

Em ampliação ao quadro que está sendo construído, relacionando adolescentes e jovens e sua relação com o ingresso, a existência de matrículas realizadas, ou ainda da oferta das mesmas, no Ensino Médio, outros dados são também, reveladores.

A capacidade do País para atender essa demanda é muito limitada. **Menos de 50% de toda a população de 15 a 17 anos está matriculada na escola e, destes, metade ainda está no Ensino Fundamental.** Segundo os dados da **UNESCO**, o Brasil tem uma das mais baixas taxas de matrícula bruta nessa faixa etária, comparada à de vários países da América Latina, para não dizer da Europa, América do Norte ou Ásia. (SCHWARTZMAN, 1991 apud Matrizes de Referência do Ensino Médio, 2003, p. 53, grifos do autor).

A constatação acima é muito preocupante quando encarada do ponto de vista da cifra apresentada, ou quando se pensa sobre a mesma pois, em verdade, é possível dividir esse percentual, uma vez que a faixa etária indicada 15 a 17 anos uma parte não precisada na informação expressa pelo INEP, que é o órgão responsável pelo planejamento e elaboração das Matrizes de Referência que parte desse percentual informado pela UNESCO se encontra ainda em séries do Ensino Fundamental. O que quer dizer: as implicações, bem como a extensão e gravidade do dado apresentado é ainda maior quando se o avalia e o problematiza qualitativamente. Postura crítica que apenas, amplia este problema social.

É prudente também, ser observado os dados fornecidos pela fonte consultada sobre os países Latino Americanos<sup>13</sup> e os membros do Mercosul:

**No continente latino-americano, os países que têm uma taxa bruta de matrícula da população de 14 a 17 anos menor que a brasileira concentram-se na América Central: Costa Rica, Nicarágua, República Dominicana, Honduras, Haiti, El Salvador e Guatemala.** Entre os que, desde 95, ultrapassavam os 50%, estão Peru, Colômbia, México e Equador. Dos parceiros do Mercosul, apenas Paraguai e Bolívia têm situação pior: 37% e 40%, respectivamente. Argentina (76%), Chile (73%) e Uruguai (81%) estão melhores que os “tigres asiáticos” (72%) e caminham para alcançar a média dos países desenvolvidos (90%) (Matrizes de Referência do Ensino Médio, 2003, p. 53, grifos do autor.).

Ao pensar criticamente sobre estas cifras, as mesmas não chegam a causar um alívio no leitor ou que elas pudessem denotar um sucesso real quanto à adoção de políticas públicas em educação que tivesse ampliado a oferta e a qualidade dos cursos de Ensino Médio oferecidos no Brasil, do ponto de vista, sobretudo, público. Isso não signifique não reconhecer a existência de avanços. Contudo, estes estão longe de visibilizar a manifestação da racionalidade de políticas públicas em sintonia com a “*dignidade da pessoa humana; a erradicação da pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais*” (ACQUAVIVA, 1998, p.45), como sendo resultado de princípios do Estado brasileiro.

Para desenvolver tal raciocínio, será levado em consideração o fato explicitado de que o Brasil se encontra em “*situação melhor*” já que países como o Paraguai e a Bolívia têm cifra na ordem de 37% e 40% por cento de estudantes matriculados no Ensino Médio. Entretanto, considere-se que: o tamanho de cada um desses países; a força de sua economia; a características dos empregos; o nível de desenvolvimento social; a característica de suas indústrias; o uso de tecnologias, do Produto Interno Bruto – PIB<sup>14</sup> utilizado para educação. São fatores que precisam ser considerados seriamente, antes que sejam comparados dados estatísticos sem que o contexto social, político, histórico e as condições de cada um implementar seus programas e desta feita, lograr os êxitos perspectivados. Ainda se agregue à esta análise o tamanho desses países, o número da população, inclusive a economicamente ativa formal e informalmente, bem como a qualificação

---

<sup>13</sup> Esse desequilíbrio se explica também por décadas de crescimento econômico excludente, que aprofundou a fratura social e produziu a pior distribuição de renda do mundo. A esse padrão de crescimento associa-se uma desigualdade educacional que transformou em privilégio o acesso a um nível de ensino cuja universalização é hoje considerada estratégica para a competitividade econômica e o exercício da cidadania. (Matrizes de Referência do Ensino Médio, 2003, p. 53, grifos do autor).

<sup>14</sup> A sigla se refere a geração de riquezas durante um ano por uma país.

*profissional que possuem e, sua adesão ao mercado, dentre outros elementos. E, desta feita, comparar todos esses fatores aos mesmos fatores do Brasil.*

Então, será, no mínimo necessário reconhecer que os esforços empreendidos nestes países têm sido *incomensuravelmente* maiores que o do Brasil, no que diz respeito à aplicação de recursos para a infra estruturação de capacidades logísticas para o desenvolvimento, ampliação e manutenção de sua educação básica. Cada país vive os seus desafios, porém, cada contexto nacional requer um estudo acurado a fim de que seja compreendido, explicado, **muitas vezes não justificado**, os motivos para a adoção de uma determinada política para o Ensino Médio em um Estado.

Como no Brasil, onde ele ou fora alijado de prioridade para as políticas públicas, tenha sofrido um desmonte, entrecortado por engodos e discursos demagógicos que geram o recrudescimento e miniaturização de suas possibilidades. Quantos já foram os discursos e políticas públicas voltadas para o Ensino Médio brasileiro, nosso antigo 2º grau? E qual as implicações das escolhas feitas pelo governo quando não é levado em consideração um modelo de desenvolvimento que não gere mais exclusão, mais pobreza<sup>15</sup>, em face de uma oferta de formação desproporcional à demanda reprimida<sup>16</sup>? Imagine quando a demanda reprimida, representa grupos humanos desfavorecidos, cujas necessidades são ignoradas, e isso acabará, promovendo uma progressão aritmética excludente, como a que tem sido assinalada no Brasil, agora e piorará?

Se depois de todos esses fatores, ainda for levado em consideração a quantidade de aspectos que oneram o salário do trabalhador, bem como os demais impostos que compõem a arrecadação tributária do Brasil, em relação aos países que estão atrás dele. Por sua vez, se avalie e sejam comparadas as políticas públicas que permitiram aos mesmos lograrem: 37% e 40% (Paraguay e Bolívia), que os colocaram atrás do citado país, em relação às “*matrículas*” para o Ensino Médio. Porém, seja reiterado: as condições econômicas e sociais dos mesmos precisam ser levadas em consideração. De modo que estarem Paraguai 13% por cento atrás do

---

<sup>15</sup> (...) Boaventura de Sousa Santos (2009) prossegue recordando que essa realidade é tão verdadeira hoje como era no período colonial. O pensamento moderno ocidental (poderíamos incluir o pensamento educacional e curricular) continua operando mediante linhas abissais que dividem e separam o mundo humano do subumano, de tal forma que os princípios de humanidade não são efetivados para todos. Isso fica evidente com as desumanizações sexuais, sociais, territoriais, étnicas e raciais, ou mesmo em forma de pobreza, violência, nova escravidão, trabalho e prostituição infantil etc. (ARROYO, 2014b, p. 19).

<sup>16</sup> (...) “ a renda dos pobres tende a variar consideravelmente de ano em ano e de estação a estação no contexto do ano, dependo do tempo de outros acidentes” (STREETEN, 1995, p. 30). Além disso, há outra condição de tempo a ser levada em conta: a falta ou ausência absoluta de esperança de mudar sua situação no futurismo podem tornar os indivíduos ou resignados ou violentos. (PINZANI, 2014, p. 24).



Brasil e a Bolívia 10% revela a necessidade de estudo sobre a proporcionalidade comum à realidade e condições de cada Estado, de qualquer maneira, tais dados colocam a realidade brasileira como uma carente de sérios ajustes por parte de ações públicas do executivo nacional. Isso quando se traz à tona o PIB do Brasil, suas condições de desenvolvimento, seu papel no cenário latino americano e sul americano, mesmo entendendo o número proporcionalmente maior que a dos países tomados como argumento de comparação.

Enfim, depois uma detida atenção aos dados disponibilizados no documento produzido pelo INEP/MEC/BR, em 2003, muito embora, tais dados foram acessados na base no MEC, nos dias **27/28** do mês **fevereiro** e, **01** do **03**, mês de **março** de **2017**. Essa decisão se deu em razão de que esses dentre outros estudos forma insistentemente, estudados no sentido de perspectivar parâmetros para a realização de pesquisa de campo: entrevista semiestruturada, por meio do instrumento: questionário com perguntas abertas, logicamente, sob a abordagem qualitativa, realizada término de abril e início de maio 2017, no IFPE *Campus* Recife. Os sujeitos da pesquisa professores<sup>17</sup> e coordenadores<sup>18</sup> que atuavam nos cursos do PROEJA. Tal decisão se deu em razão das inúmeras transformações, discussões, opiniões dispares sobre as mudanças a serem implementadas no Ensino Médio, a partir do ano corrente, denominadas pelo governo executivo do Brasil como: “**Novo Ensino Médio**”<sup>19</sup>.

As definições que incidirão, precisamente, sobre esta etapa de formação que possui uma história marcada por incongruências, oferta exígua e não oferta por motivos como a não existências de escolas, sobretudo em zonas rurais<sup>20</sup>. Ao passe que as escolas situadas em zonas urbanas do Brasil, a oferta de vagas para o Ensino Médio tem sido menor do que a procura. Independentemente, dessa disfunção ocorrer por inúmeros condicionantes, e estes apresentem uma relatividade que também, merece estudo, o fato indubitável é que esta etapa culminante da Educação básica e sua história fora marcada por fatos que restringiram sua oferta, acesso, permanência e desenvolvimento sob currículos que se coadunam com as necessidades locais, regionais ou nacionais.

Outro fato que merece atenção: desde à Constituição da República Federativa do Brasil – CF, de 1988, não haver previsão clara para a aplicação de recursos financeiros para o desenvolvimento, expansão e, em tempo, universalização do Ensino Médio, também, contribuiu para uma história de distorções. Inicialmente, a

---

<sup>17</sup> Professores de Língua Portuguesa, de Língua Inglesa, de Refrigeração, de Mecânica, de Matemática.

<sup>18</sup> Coordenadores de Língua Portuguesa, de Refrigeração, de Mecânica, Pedagógico.

<sup>19</sup> Até período de realização da entrevista semiestruturada, de sua codificação, em razão da Análise de Conteúdo conforme as previsões de Bardin (2011), análise e considerações finais, não havia sido publicado a formalização do Novo Ensino Médio, por parte do Ministério da Educação do Brasil.

<sup>20</sup> Muitas destas oferecerem apenas, as séries iniciais do Ensino Fundamental.

legislação FUNDEF (Fundo Nacional da Educação Básica ), previa recursos do orçamento federal, apenas, para o Ensino Fundamental. De modo que, o Ensino Médio percebia parte dos recursos, exclusivamente, voltados para a etapa anterior, promovendo, evidentemente, um desequilíbrio e implicações para a gestão dos recursos disponíveis.

Posteriormente, os cinco (05), anos em que foi definido o período para que a CF/ 1988, ter seus efeitos consolidados e irrevogáveis<sup>21</sup>. Então, setores do executivo federal e do legislativo federal reuniram esforços e estudos para elaborarem uma legislação federal que vislumbrasse a previsão de recursos, no âmbito do orçamento federal enquanto política de Estado, voltadas ao Ensino Médio e à Educação Infantil, esta legislação foi denominada como FUNDEB<sup>22</sup> e entrou em exercício desde janeiro de 2007.

Este panorama legal permite que este estudo não se detenha num discurso cunhado num olhar unicamente, acadêmico. Isto porque isso não seria coerente, já que os resultados que serão alcançados com essa pesquisa visam não apenas nortear um alargamento das percepções críticas sobre a temática de desenvolvimento do Ensino Médio em âmbito acadêmico. Mas também, que seja possível conseguir ser estabelecido um **diálogo propositivo** com instituições públicas com foro na *gestão, planejamento, desenvolvimento e fiscalização do ideal funcionamento e infra estruturação* do Ensino Médio. Logo, convém, ressaltar: não é intenção dos estudos e pesquisas que comporão esta tese, assumirem um papel, apenas enumerador de problemas. Longe disso, se espera que seja possível dimensionar ações para visibilizar alternativas exequíveis, no que concerne à adoção de leituras com vistas aos gêneros que foram ou deveriam ser elencados para perspectivar o que concerne às Diretrizes Curriculares Étnico Raciais (2004/2013) em razão de seu papel adjetivo aos artigos 26º e 26º A da Lei de Diretrizes e Bases da Educação – 9394/1996.

### 3 - CONCLUSÕES E REFERÊNCIAS

Quando foi definido que este estudo dimensionaria o registro de números alarmantes em relação à exígua oferta ou, à não oferta de vagas, frente à demanda relacionada ao Ensino Médio, acabou destacar a necessidade de atenção para a mudança das distorções e implicações decorrentes desse cenário. Fato que também, envolve assumir uma postura responsiva das autoridades dos Estados ligados à pesquisa, frente à seriedade dos quadros envolvidos na oferta dessa modalidade da educação nacional. Que estas possam de fato, fazer com que o estudo apoiado nos dados que se resolveu aqui parafrasear, possa sensibilizar os leitores do estudo aqui resultante daquele, sobre a importância desse assunto. E, portanto, os motivar ao ingresso nesse debate, de modo responsivo, a fim de que se possa reunir esforços

---

<sup>21</sup> Isso diz respeito às cláusulas Pétreas.

<sup>22</sup> Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Básica.

para alterar positivamente, esse grave cerceamento à educação formal, na última etapa da “educação básica”. Com efeito a reflexão sobre a análise dos dados quantitativos possa despertar outros estudos, bem como novas pesquisas, sobretudo, na área de educação e áreas correlatas a ampliar sua compreensão e, também, as consequências que advém da manutenção dessa prática histórica: a ausência de políticas públicas eficazes que promovam a inclusão de classes subalternizadas em face de sua diferença ou pertencimento étnico cultural. Algo tão comum à América Latina, do Sul onde a assimilação fora um traço para o amordaçamento.

## REFERÊNCIAS

ARROYO, M. G. **Módulo Introdutório: pobreza, desigualdades e educação**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão, 2014a.

ARROYO, M. G. **Módulo IV: pobreza e currículo: uma complexa articulação**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão, 2014b.

ARROYO, M. G. **Ofício de Mestre: imagens e auto-imagens**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000. p. 238-251.

ARROYO, M. G. **Os coletivos empobrecidos repolilizam os currículos**. In: GIMENO SACRISTÁN, José (Org.). **Saberes e incertezas sobre o currículo**. Porto Alegre: Penso, 2013.

BRASIL. **Matrizes de Referências ENEM**. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP/MEC/BR, (p. 01-04). Disponível em: [http://download.inep.gov.br/educacao\\_basica/enem/downloads/2012/matriz\\_referencia\\_enem.pdf](http://download.inep.gov.br/educacao_basica/enem/downloads/2012/matriz_referencia_enem.pdf), acesso em 26; 27; 28/02/2017.

BERCOVICH, A. M.; MADEIRA, F. R.; TORRES, H. G. **Mapeando a situação do adolescente no Brasil**. São Paulo: Fundação SEADE, 1997. (versão preliminar).

MAGALHÃES, Antônio M. **A Escola para Todos e a Excelência Acadêmica**.

PINZANI, A.; REGO, W. L. **Módulo I: pobreza e cidadania**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão, [2014].

MOURA, Dayvison Bandeira de. **Currículo de Língua Portuguesa e Cultura afrodescendente: perspectivas de leitura em cursos do PROEJA no Instituto Federal**

**de Pernambuco (IFPE) – Ensino Médio / Dayvison Bandeira de Moura. – Assunção, 2017. 368 f.; 30 cm. Orientador: Maria Aparecida Monteiro da Silva. Tese (Doutorado em Ciências da Educação) –Universidade Americana, 2017. (p. 118 – 127).**

### Sobre os autores:

**Alexandre da Silva de Paula** Psicólogo do Instituto Federal de São Paulo (IFSP) - Câmpus Votuporanga e Professor do Centro Universitário de Votuporanga (UNIFEV). Bacharel/Licenciatura em Psicologia pela Universidade Estadual de Londrina (UEL), Mestre e Doutor em Psicologia pela Universidade de São Paulo (FFCLRP). Pesquisador do Observatório de Violência e Práticas Exemplares/OVIPE/USP/CNPq. E-mail: [aledpaula@outlook.com](mailto:aledpaula@outlook.com)

**Andressa Garcias Pinheiro** Graduada em Pedagogia, pela Universidade Federal do Maranhão – UFMA. Participante do Grupo de Estudos, Pesquisas, Educação, Infância & Docência – GEPEID. Bolsista do Projeto de Pesquisa Conexões Atlânticas: memórias e processos identitários na literatura infanto-juvenil de Cuba e do Brasil (preâmbulo e começo do Novo Milênio) pelo PIBIC/ FAPEMA. E-mail para contato: [dessaduartepinheiro@hotmail.com](mailto:dessaduartepinheiro@hotmail.com)

**Angely Dias da Cunha** Mestranda do Programa da Pós-Graduação em Serviço Social pela Universidade Federal da Paraíba – Graduada em Serviço Social pela Universidade Estadual da Paraíba – Membro do Grupo de pesquisa em Questão Social, Política Social e Serviço Social na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e do Grupo de Estudos e Pesquisa sobre o Conservadorismo (GEPECON) na Universidade Federal da Paraíba (UFPB) – Bolsista Produtividade em Pesquisa pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) – E-mail: [gelly.cunha@hotmail.com](mailto:gelly.cunha@hotmail.com)

**Bernadete de Lourdes Figueiredo de Almeida** Professora da Universidade Federal da Paraíba – Membro do corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social pela Universidade Federal da Paraíba – Graduação em Serviço Social pela Universidade Federal da Paraíba; – Mestrado em Serviço pela Universidade Federal da Paraíba; – Doutorado em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP); – Pós Doutorado em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP); – Coordenadora do Setor de Estudos e Pesquisas em Análises de Conjuntura, Políticas Sociais e Serviço Social (SEACOPS) da UFPB – Professora Bolsista de Produtividade em Pesquisa pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

**Carlos André Sousa Dublante** Graduação em Pedagogia pela Universidade Federal do Maranhão. Mestrado em Educação pela Universidade Federal do Maranhão. Doutorado em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Integra o Grupo de Pesquisa em Políticas, Gestão Educacional e Formação Humana do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Maranhão. E-mail para contato: [cdublante@terra.com.br](mailto:cdublante@terra.com.br)

**Celyane Souza dos Santos** Graduação em Serviço Social pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB); e-mail: [celyanesouza1@hotmail.com](mailto:celyanesouza1@hotmail.com)

**Cybelle Leão Ferreira** Técnico Administrativo em Educação da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Graduação em Gestão de Recursos Humanos pela Universidade Estácio de Sá (UNESA). Graduação em andamento em Ciências Contábeis pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Especialização *latu sensu* em andamento em Gestão Contábil e Financeira pela Escola Superior Aberta (ESAB).

**Dayvison Bandeira de Moura** Professor nas universidades Americana, Columbia e IBERO Americana, Asunción – PY. Membro do corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Educação Estrito-Sensu Universidade Columbia – Asunción - PY; Graduação em Letras Vernáculo pela Universidade Federal de Pernambuco - FAFIRE; Mestrado em Ciências da Educação pela Universidade Americana de Asunción, PY; Doutorado em Ciências da Educação pela Universidade Americana de Asunción, PY; Grupo de pesquisa: Linha de Currículo no que diz respeito à Língua Portuguesa, Análise do Discurso, Linguística Sistemática Funcional, Leitura e Afrocentricidade. E-mail para contato: [analistadodiscurso.bandeira.pe@gmail.com](mailto:analistadodiscurso.bandeira.pe@gmail.com)

**Débora de Oliveira Lopes do Rego Luna** Mestre em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação Superior (MPPGAV) pela UFPB. Integrante do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Gestão e Financiamento da Educação (GREFIN), da UFPB. Possui graduação em Direito pelo Centro Universitário de João Pessoa (UNIPÊ). Atualmente é servidora pública federal, atuando como Assistente em Administração na UFPB, lotada na Pró-Reitoria de Administração

**Denise Rangel Miranda** Professora e Coordenadora da Rede Municipal de Juiz de Fora; Membro do corpo docente colaborador do Programa de Pós-Graduação em Gestão e Avaliação da Educação (PPGP/CAED/FACEDUFRJF); Graduação em Pedagogia pela Universidade Federal de Juiz de Fora; Mestrado em Educação pela Universidade Católica de Petrópolis; Doutorado em Educação pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro; Grupo de pesquisa: GESE (Grupo de Estudos sobre sistemas educacionais);

**Eder Aparecido de Carvalho** Professor EBTT na Área de Sociologia do Instituto Federal Catarinense (IFC) – Câmpus Brusque. Bacharel em Serviço Social pelo Centro Universitário de Votuporanga (UNIFEV), Licenciatura em Sociologia pelo Instituto Dottori (FACDOTT), Mestre em Ciências Sociais pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) e Doutorando em Ciências Sociais pela Universidade Estadual Paulista (FCL - Câmpus de Araraquara). Pesquisador do Grupo de Pesquisa Ciências e Desenvolvimento Social/CDS/IFC/CNPq. E-mail: carvalhoeder@hotmail.com

**Edilza Laray de Jesus** Professor Adjunto da Universidade do Estado do Amazonas; Membro do corpo docente do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas (UEA)/ Colaboradora do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Ciências Ambientais e Sustentabilidade na Amazônia – PPGCASA. Graduação em Geografia – Universidade Federal do Amazonas – UFAM; Mestrado

em Educação Ambiental (FURG, RS). Doutorado em Educação (UFRGS, RS). Grupo de pesquisa: Núcleo de Estudos Interdisciplinares em Cultura Amazônica - NEICAM". Bolsista Produtividade em Pesquisa pela Universidade do Estado do Amazonas; E-mail para contato: [ejesus@uea.edu.br](mailto:ejesus@uea.edu.br)

**Elita Betânia de Andrade Martins** Professor da Universidade Federal de Juiz de Fora; Graduação em Pedagogia pela Universidade Federal de Juiz de Fora; Mestrado em Educação - Políticas Públicas e Gestão pela Universidade Federal de Juiz de Fora; Doutorado em Educação - Políticas Públicas e Gestão pela Universidade Federal de Juiz de Fora; Grupo de pesquisa: Coordenadora do grupo de pesquisa GESE (Grupo de Estudos sobre sistemas educacionais); Bolsista Produtividade em Pesquisa pela Fundação: Pesquisa em andamento financiada pela FAPEMIG;

**Erivânia da Silva Marinho** Discente colaboradora do Projeto de Extensão: “O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA (PBF) E SUAS CONDICIONALIDADES NA EDUCAÇÃO: o acompanhamento e monitoramento dos (as) alunos (as) em descumprimento na Escola Municipal Nazinha Barbosa da Franca”, do curso de graduação em Serviço Social da Universidade Federal da Paraíba (UFPB); e-mail: [erivaniamarinho@hotmail.com](mailto:erivaniamarinho@hotmail.com).

**Fernanda Borges de Andrade** Graduação em pela Faculdade Dom Bosco de Filosofia, Ciências e Letras de São João Del Rey, MG, Brasil. Mestrado em Educação pela Universidade de Uberaba na linha de Pesquisa de Formação e Prática Docentes. Doutoranda pela Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-graduação em Educação / Faculdade de Educação - FACED, na linha de pesquisa Saberes e Práticas Educativas. Grupo de Estudos e Pesquisas do Programa Institucional de bolsas de iniciação à docência do Pibid/UFTM - Projeto de extensão em interface com a pesquisa. E-mail para contato: [feborgesaz@yahoo.com.br](mailto:feborgesaz@yahoo.com.br)

**Francinalda Maria da Silva** Graduanda em Licenciatura Plena em Geografia na Universidade Estadual da Paraíba – Centro de Humanidades. Guarabira, Paraíba. Bolsista pelo Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC/CNPq), ofertado pela Universidade Estadual da Paraíba. Membro do Grupo de Ensino, Pesquisa e Extensão EGEFProf – Estudos Geográficos: Ensino e Formação de Professores; E-mail para contato: [francinaldageografia@gmail.com](mailto:francinaldageografia@gmail.com)

**Gilson Nazareno da Conceição Dias** Professor efetivo da Secretaria de estado de Educação do Amazonas; Graduação em Geografia – Universidade Estadual Vale do Acaraú, UVA-CE; Especialização em METODOLOGIA NO ENSINO DE GEOGRAFIA. E-mail para contato: [gilsondias87@gmail.com](mailto:gilsondias87@gmail.com)

**Gyselle Leão Ferreira** Assistente Administrativo em Educação do Governo do Estado de Pernambuco. Graduação em andamento em Licenciatura em Matemática pelo Instituto Federal de Educação e Tecnologia de Pernambuco (IFPE).

**Herivelton Nunes Paiva** Graduado em Estatística pela Universidade Salgado de Oliveira (1990), graduação em Matemática pela Universidade Salgado de Oliveira (2001) e mestrado em Ensino de Ciências da Saúde e do Ambiente pelo Centro Universitário Plínio Leite (2006). Atualmente é professor do Colégio Estadual Pandiá Calógeras, professor titular da Universidade Salgado de Oliveira, Professor do Programa de Pós-graduação Lato sensu da UNIVERSO/SG, pesquisador- bolsista da Fundação para o Desenvolvimento Cient. Tec. em Saúde/ Fundação Oswaldo Cruz e professor orientador da Universidade Federal Fluminense. Tem experiência na área de Matemática, com ênfase em Matemática, atuando principalmente nos seguintes temas: educação, matemática, educação matemática, marketing e estatística. Consultor em Estatística e Educação.

**Ingridy Lammonikelly da Silva Lima** Mestranda Programa da Pós-Graduação em Serviço Social pela Universidade Federal da Paraíba – Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal da Paraíba – Membro do Grupo de pesquisa no Setor de Estudos e Pesquisas em Análises de Conjuntura, Políticas Sociais e Serviço Social (SEPA-COPS) da UFPB – Bolsista Produtividade em Pesquisa pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

**Ítalo Martins de Oliveira** Mestre em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação Superior (MPPGAV) pela UFPB, Especialização em Direito Administrativo e Gestão Pública (UFPB-2006) e em Controladoria para Gestão Pública e Terceiro Setor (UFRN-2011), bacharelado em Ciências Contábeis (UFPB-2004). Integrante do Grupo de Pesquisa em Avaliação da Educação Superior (GAES), da UFPB. Atualmente é servidor público federal, atuando como Contador na UFPB, lotado na Pró-Reitoria de Administração.

**Ivair Fernandes Amorim** Professor EBTT na Área de Educação/Pedagogia do Instituto Federal de São Paulo (IFSP) - Câmpus Votuporanga. Licenciatura em Pedagogia pelo Centro Universitário de Votuporanga (UNIFEV), Mestre e Doutor em Educação Escolar pela Universidade Estadual Paulista (FCL - Câmpus de Araraquara). E-mail: ivairfernandesamorim@gmail.com

**Jéfitha Kaliny dos Santos** Mestranda do Programa da Pós-Graduação em Serviço Social pela Universidade Estadual da Paraíba – Graduada em Serviço Social pela Universidade Estadual da Paraíba

**Joel Severino da Silva** Graduação em Pedagogia pela Universidade Federal de Pernambuco – UFPE; Grupo de Pesquisa: É Membro do Grupo de Estudo em Religiosidades, Educação, Memórias e Sexualidades (UFPE) cadastrado no CNPq. Bolsista do PIBIC/UFPE/CNPq em: 2014-2015, 2016-2017 na área de religião e diversidade religiosa, com ênfase nas discussões envolvendo as religiões de matriz africana; 2017-2018 na área de gênero e sexualidade. E-mail para contato: joelsilva.educar@gmail.com



**Jonas da Conceição Ricardo** Professor da Universidade Estácio de Sá e da Secretaria Estadual de Educação do Rio de Janeiro; Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Ciências Tecnologia e Educação do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca- CEFET/RJ; Mestre em Educação Matemática e Licenciado em Matemática. Possui curso de extensão em Gestão de Sala de Aula pelo Instituto de Educação da Universidade de Lisboa. Possui experiência na modalidade em Ensino à Distância e também na elaboração de material didático, tanto pela Secretaria Estadual de Educação/RJ quanto pelas instituições: Universidade Estácio de Sá e da Universidade Universo. Atualmente também atua com pesquisa na Universidade Estácio de Sá, sendo bolsista do Programa Pesquisa Produtividade da Universidade Estácio de Sá

**Joselaine Cordeiro Pereira** Professora e Coordenadora da Rede Municipal de Juiz de Fora; Graduação em Pedagogia pela Universidade Federal de Juiz de Fora; Mestrado em Economia doméstica pela Universidade Federal de Viçosa; Doutoranda em Educação pela Universidade Federal de Juiz de Fora; Grupo de pesquisa: GESE (Grupo de Estudos sobre sistemas educacionais); [joselainecep@hotmail.com](mailto:joselainecep@hotmail.com)

**Josemar Farias da Silva** Licenciado em Ciências pela Universidade de Pernambuco. Mestre em Psicologia pela Universidade Federal de Rondônia – UNIR. Doutorando em Educação pela Universidade Federal do Amazonas. Atualmente Professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas – IFAM.

**Laís Venâncio de Melo** Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Educação - Mestrado Acadêmico (PPGE) da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), PB. Licenciada em Pedagogia pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). Professora do Ensino Fundamental no município de Campina Grande, PB. E-mail: [laisvenanciomelo@gmail.com](mailto:laisvenanciomelo@gmail.com)

**Laudicea Farias da Silva** Licenciada em Ciências pela Universidade de Pernambuco – UPE. Pós-Graduação em Psicopedagogia pela mesma Universidade. Atualmente atua na Gestão no âmbito da Secretaria de Estado de Educação de Pernambuco.

**Luiz Arthur Pereira Saraiva** Licenciado em Geografia pela Universidade Estadual da Paraíba (CEDUC/UEPB). Mestre em Geografia pela Universidade Federal de Pernambuco (PPGEO/UFPE). Doutor em Geografia pela Universidade Federal de Pernambuco (PPGEO/UFPE). Vice-Líder do Grupo de Ensino, Pesquisa e Extensão EGEFProf – Estudos Geográficos: Ensino e Formação de Professores. Professor do Curso de Licenciatura Plena em Geografia da Universidade Estadual da Paraíba (DG/CH/UEPB). Professor Orientador de Bolsista pelo Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC/CNPq), ofertado pela Universidade Estadual da Paraíba. E-mail para contato: [saraivaluizarthur@yahoo.com.br](mailto:saraivaluizarthur@yahoo.com.br)

**Maria Aparecida Monteiro da Silva** Doutorado em Educação - Universidad de Santiago de Compostela em 1998 e Doutorado em Educação pela Universidad Politécnica y Artística do Paraguay em 2005. Atualmente é professor titular do Centro

de Ensino Superior - CESUMAR - Maringá - PR. Membro da Fundação Araucária de Apoio ao Desenv. Científico e Tecnológico do Paraná. Na Universidade Paranaense - UNIPAR atuou como Diretoria de Centro, Chefe de Departamento, Coordenadora de Colegiado de Curso, Membro do Conselho Superior de Administração - CONSAD, e Membro do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão - CONEPE, Membro do Grupo Especial de Trabalho Setor de Atuação para Elaboração do Projeto de Reconhecimento das Faculdades Integradas da APEC como Universidade, Membro do Conselho Técnico Científico, Coordenadora Geral dos Vestibulares, Membro da Comissão de Acompanhamento do Crédito Educativo, Membro da Comissão Organizadora do XIX Ciclo de Estudos Jurídicos do Curso de Direito e Programa de Mestrado em Direito Processual e Cidadania da Unipar ? Perspectivas contemporâneas nas relações humanas e sociais, Membro da Comissão Organizadora da II Semana Científica do Curso de Direito da Unipar, Membro da Banca na Apresentação dos Trabalhos da II Semana Científica do Curso de Direito da Unipar, Consultor ad hoc del Mostra de Extensão Universitária, Coordenadora e Consultora ad hoc de Mostra Científica do Curso de Direito, Membro da Banca Examinadora dos Trabalhos de Conclusão de Curso: Curso de Direito. Participou no Grupo de Estudo: Investigação e reflexão sobre as questões da Educação no Brasil pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPQ.

**Maria de Fátima Leite Gomes** Prof.<sup>a</sup>. Dra. do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), vice-líder do Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Popular, Serviço Social e Movimentos Sociais – GEPEDUPSS e coordenadora do Projeto de Extensão, intitulado: “O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA (PBF) E SUAS CONDICIONALIDADES NA EDUCAÇÃO: o acompanhamento e monitoramento dos (as) alunos (as) em descumprimento na Escola Municipal Nazinha Barbosa da Franca”. E-mail: fatima.l.gomes2016@gmail.com

**Maria Nazaré dos Santos Galdino** Discente colaboradora do Projeto de Extensão: “O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA (PBF) E SUAS CONDICIONALIDADES NA EDUCAÇÃO: o acompanhamento e monitoramento dos (as) alunos (as) em descumprimento na Escola Municipal Nazinha Barbosa da Franca”, do curso de graduação em Serviço Social da Universidade Federal da Paraíba (UFPB); e-mail: zaremorena12@gmail.com.

**Marta Rosa Farias de Almeida Miranda Silva** Graduação em Ciências Contábeis pela Fundação Visconde de Cairu (FVC). Mestrado em Gestão e Tecnologias Aplicadas à Educação (GESTEC) pela Universidade do Estado da Bahia (Uneb). Doutoranda Educação e Contemporaneidade, Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade (PPGEduC), Universidade do Estado da Bahia (Uneb). Grupo de pesquisa: Educação, Universidade e Região (EduReg) - Uneb e Interculturalidades, Gestão da Educação e Trabalho (InterGesto) – Uneb. E-mail para contato: [martarmiranda@gmail.com](mailto:martarmiranda@gmail.com); [mmiranda@uneb.br](mailto:mmiranda@uneb.br)

**Neide Borges Pedrosa** Graduação em Pedagogia pela Faculdade Educação Antonio A. Reis Neves, Barretos SP. Mestrado em Ciências e Práticas Educativas pela Universidade de Franca, UNIFRAN, Brasil. Doutorado em Educação (Currículo) pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC/SP, Brasil. Grupo de Pesquisa EDUCA. Linha de Pesquisa: Educação e Novas Tecnologias. E-mail para contato: neibpedrosa@gmail.com

**Raquel Costa da Silva Nascimento** Licenciada em Matemática pela UERJ em 2002. Especialista em Ensino de Matemática pela Uff em 2004 e Mestre em Ensino de Ciências e Matemática pelo CEFET em 2011. Durante os anos de 2011 a 2013, atuei como Assistente Técnico responsável pela área de Matemática da Secretaria Estadual de Educação do Rio de Janeiro, onde exerci diversas funções, dentre elas: gerenciar projetos relacionados a matemática, produzir materiais de apoio pedagógico, acompanhar ações relacionadas a área tais como Saerjinho, Reforço Escolar e projetos de parceria privada e realizar formações de professores. Ressalto que todos os materiais produzidos durante estes 3 anos ainda se encontram disponíveis no site da SEEDUC - <http://conexaoprofessor.rj.gov.br/>, Professora da Prefeitura de Macaé, da SEEDUC/RJ e Professora da Universidade Universo.

**Reginaldo Vandrê Menezes da Mota** Licenciado em Matemática (UFF), Pós graduação UNIRAM , Mestrando (ProfMat-UNIRIO), professor com dedicação exclusiva do Instituto Nacional de Educação de Surdos – INES, foi autor do currículo mínimo de matemática do Estado do Rio de Janeiro e das Atividades Autorreguladas.

**Rogéria Moreira Rezende Isobe** Graduação em Pedagogia pela Universidade Federal de Uberlândia. Mestrado em Educação (História, Política, Sociedade) pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC/SP, Brasil. Doutorado em Educação (História, Política, Sociedade) pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC/SP, Brasil. Grupo de Estudos e Pesquisas em Política, Formação Docente e Práticas Educativas - GEPPPOE. E-mail para contato: rogeriaisobe@gmail.com

**Selma Suely Baçal de Oliveira** Mestre e Doutora em Educação pela Universidade de São Paulo – USP. Professora da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Amazonas – UFAM. Orientadora do Programa de Mestrado e Doutorado em Educação e atualmente Pró-Reitora de Pesquisa e Pós-Graduação na mesma Universidade.

**Silvia Roberta da Mota Rocha** Professora da Unidade Acadêmica de Educação (UAEd) da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), PB. Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação - Mestrado Acadêmico (PPGE) da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), PB. Doutora em Educação Brasileira pela Universidade Federal do Ceará (UFC). E-mail: silviarobertadamotarocho@gmail.com

**Suênia Aparecida da Silva Santos** Discente colaboradora do Projeto de Extensão: “O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA (PBF) E SUAS CONDICIONALIDADES NA EDUCAÇÃO: o acompanhamento e monitoramento dos (as) alunos (as) em descumprimento na Escola Municipal Nazinha Barbosa da Franca”, do curso de graduação em Serviço

Social da Universidade Federal da Paraíba (UFPB); e-mail: [sueniaaparecida@hotmail.com](mailto:sueniaaparecida@hotmail.com).

**Suzianne Lima de Moraes** Graduação em Geografia pela Universidade do Estado do Amazonas. E-mail para contato: [suzianne.moraes@hotmail.com](mailto:suzianne.moraes@hotmail.com)

**Tyciana Vasconcelos Batalha** Graduada em Pedagogia, pela Universidade Federal do Maranhão – UFMA. Participante do Grupo de Estudos e Pesquisas, Educação, Infância & Docência – GEPEID e Grupo de Estudos e Pesquisa no Ensino da Leitura e da Escrita como Processos Dialógicos – GLEPDIAL. Bolsista do Projeto de Extensão pela Fundação Sôsândrade de Apoio ao Desenvolvimento da Universidade Federal do Maranhão – FSADU. E-mail para contato: [alftyaci@gmail.com](mailto:alftyaci@gmail.com)

**Vicente de Paulo Morais Junior** Diretor de Escola da rede pública do estado de São Paulo; Professor da Faculdade Bilac (São José dos Campos/SP); Graduação em História pela Universidade do Vale do Paraíba (São José dos Campos/SP); Mestre em Educação pela Universidade Metodista de São Paulo (UMESP/SP); Doutorando em Educação na Universidade Metodista de São Paulo (UMESP); Contato: [vicentemjunior@hotmail.com](mailto:vicentemjunior@hotmail.com)

**Vilma Cleucia de Macedo Jurema Freire** Professora de Geografia da Rede Pública de Ensino do Estado de Pernambuco, Brasil; Graduação em Geografia pela Universidade Pernambuco - UPE; Mestrado em Ciências da Educação pela Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologia – ULHT, Portugal/Diploma Revalidado pela Universidade Federal de Alagoas - UFAL; Doutorado: Cursando Ciências da Educação na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas (FCSH)/Universidade Nova de Lisboa (UNL)/Lisboa – Portugal; Grupo de pesquisa: Desigualdades sociais e ação pública – Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais - CICS – NOVA - Faculdade de Ciências Sociais e Humanas (FCSH)/Universidade Nova de Lisboa (UNL)/Lisboa – Portugal. E-mail para contato: [vilmapanelas@gmail.com](mailto:vilmapanelas@gmail.com)

**Vilma Terezinha de Araújo Lima** Professor Adjunto da Universidade do Estado do Amazonas; Membro do corpo docente do Mestrado Profissional em Gestão de Áreas Protegidas da Amazônia (MPGAP) – Instituto de Pesquisas da Amazônia. Graduação em Geografia pela Universidade do Estado do Ceará; Mestrado em Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente pela Universidade do Estado do Ceará; Doutorado em Geografia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, UNESP; Grupo de pesquisa: Núcleo de Estudos Interdisciplinares em Cultura Amazônica - NEICAM". Bolsista Produtividade em Pesquisa pela Universidade do Estado do Amazonas; E-mail para contato: [araujovilma@hotmail.com](mailto:araujovilma@hotmail.com)

**Viviana Maria dos Santos** Cursando Magistério pela Escola Estadual Marcelino Champagnat. Graduação em andamento em Letras pela Universidade Estácio de Sá (UNESA).